

**Parnaíba Gás Natural S.A.**

Demonstrações contábeis  
intermediárias em 30 de junho de 2015

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias	11



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias**

Aos  
Acionistas e Diretores da Parnaíba Gás Natural S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Introdução**

1. Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Parnaíba Gás Natural S.A. (“Companhia”) em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.
2. A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

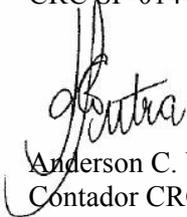
4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.

***Estruturação das atividades operacionais***

5. A totalidade das operações de fornecimento em operação comercial de gás natural e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás (UTG) da Companhia é realizada com as empresas Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Consórcio UTE Parnaíba IV, subsidiárias da Eneva S.A. A concentração de operações com empresas do mesmo grupo econômico da Eneva S.A. é explicada pelo modelo de exploração, produção e logística adotados na Bacia do Parnaíba, nordeste do Brasil. As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia devem ser lidas nesse contexto.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Anderson C. V. Dutra  
Contador CRC RJ-093231/O-6

# Parnaíba Gás Natural S.A.

## Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	272.490	130.525
Contas a receber	5	66.765	108.551
Depósitos vinculados		7.627	6.030
Impostos e contribuições a recuperar	9	69.656	63.357
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	11	50.065	42.213
Contas a receber parceiros	10	37.286	18.153
Outros créditos e despesas antecipadas		<u>8.571</u>	<u>15.851</u>
		<u>512.460</u>	<u>384.680</u>
Não circulante			
Estoques de materiais e consumíveis	6	31.064	32.469
Depósitos vinculados		-	3.803
Impostos e contribuições a recuperar	9	54.692	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	<u>70.616</u>	<u>84.708</u>
		<u>156.372</u>	<u>120.980</u>
Imobilizado	7	1.018.303	978.308
Intangível	8	<u>20.075</u>	<u>19.063</u>
		<u>1.194.750</u>	<u>1.118.351</u>
Total do ativo		<u>1.707.210</u>	<u>1.503.031</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Parnaíba Gás Natural S.A.

## Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	123.173	80.323
Impostos, contribuições e participações a recolher	9	14.037	43.279
Salários e encargos trabalhistas		12.387	17.019
Empréstimos e financiamentos	13	119.724	33.455
Contas a pagar com partes relacionadas	11	10.686	7.006
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	11	10.924	-
Outras contas a pagar		7.901	6.530
		<u>298.832</u>	<u>187.612</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	649.029	730.604
Provisões para obrigação de abandono	14	33.290	57.373
		<u>682.319</u>	<u>787.977</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	619.071	618.593
Debentures Conversíveis em ações	16	197.849	-
Reserva de investimentos	16	8.877	8.877
Prejuízos acumulados	16	(99.738)	(100.028)
		<u>726.059</u>	<u>527.442</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.707.210</u>	<u>1.503.031</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Parnaíba Gás Natural S.A.

## Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014
Receita líquida de vendas	17	235.800	302.207	97.220	140.181
Custo dos produtos vendidos	18	<u>(132.333)</u>	<u>(128.874)</u>	<u>(50.289)</u>	<u>(64.075)</u>
Lucro bruto		103.467	173.333	46.931	76.106
Despesas operacionais					
Despesas com exploração	7	(50.377)	(4.869)	(17.114)	(1.937)
Administrativas e gerais	19	(20.703)	(6.663)	(12.292)	(4.662)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	<u>7.363</u>	<u>-</u>	<u>27.253</u>	<u>-</u>
		<u>(63.717)</u>	<u>(11.532)</u>	<u>(2.153)</u>	<u>(6.599)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		39.750	161.801	44.778	69.507
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	20.042	41.290	12.970	(536)
Despesas financeiras	21	(59.222)	(39.161)	(29.863)	36.936
Variação cambial, líquida	21	<u>5.894</u>	<u>(1.250)</u>	<u>(1.809)</u>	<u>(13.996)</u>
		<u>(33.286)</u>	<u>879</u>	<u>(18.702)</u>	<u>22.404</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		6.464	162.680	26.076	91.911
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9	7.918	(46.696)	-	(25.921)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9	<u>(14.092)</u>	<u>(8.669)</u>	<u>(8.962)</u>	<u>(5.315)</u>
Lucro líquido do período		<u>290</u>	<u>107.315</u>	<u>17.114</u>	<u>60.675</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Parnaíba Gás Natural S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014  
(Em milhares de Reais)

	<b>01/01/2015</b>	<b>01/01/2014 a</b>	<b>01/04/2015 a</b>	<b>01/04/2014 a</b>
	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
Lucro líquido do período	290	107.315	17.114	60.675
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	<u>290</u>	<u>107.315</u>	<u>17.114</u>	<u>60.675</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Parnaíba Gás Natural S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Dividendos propostos	Reserva de Incentivos Fiscais	Outros resultados abrangentes	Debêntures conversíveis	Lucro/prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>321.118</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(225.529)</u>	<u>95.589</u>
Aumento de Capital	250.000	-	-	-	-	-	-	250.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	46.640	46.640
<b>Saldos em 31 de março de 2014</b>	<u>618.593</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(166.249)</u>	<u>452.344</u>
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	75.098	75.098
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:								
Constituição de reservas de incentivos fiscais	-	-	-	8.877	-	-	(8.877)	-
Constituição de reserva legal	-	5.643	-	-	-	-	(5.643)	-
Dividendos estatutários	-	-	10.722	-	-	-	(10.722)	-
Absorção do prejuízo do exercício	-	(5.643)	(10.722)	-	-	-	16.365	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>618.593</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.877</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-100.028</u>	<u>527.442</u>
Aumento de Capital	478	-	-	-	-	-	-	478
Debentures conversíveis em ações	-	-	-	-	-	199.995	-	199.995
Custos de Captação - Debêntures conversíveis	-	-	-	-	-	(2.146)	-	(2.146)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	290	290
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<u>619.071</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.877</u>	<u>-</u>	<u>197.849</u>	<u>(99.738)</u>	<u>726.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Parnaíba Gás Natural S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	290	107.315
Ajustes para reconciliar o lucro/ ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	89.287	78.210
Baixas de poços secos e áreas subcomerciais	23.153	536
Provisão de bônus	6.817	-
Baixa valores a receber	19.890	-
Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	-	1.555
Juros/encargos provisionados sobre financiamento	53.125	44.847
Juros e variação cambial sobre empréstimos com partes relacionadas	(7.852)	(4.336)
Amortização dos custos de captação	1.865	266
Redução de imposto de renda e contribuição social diferidos	14.092	8.669
Reversão (provisão) dos juros sobre provisão para abandono	3.942	-
Caixa gerado pelas operações	<u>204.609</u>	<u>237.062</u>
Variação nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de depósitos vinculados	2.206	(3.948)
Redução (aumento) de outros créditos	7.280	(6.262)
(Aumento) de impostos e contribuições a recuperar	(6.299)	(17.322)
Redução contas a receber	2.763	87.702
Redução (aumento) de estoques	1.405	1.629
Aumento (redução) de fornecedores	42.850	(191.013)
(Redução) aumento de salários e encargos trabalhistas	(11.449)	378
(Redução) aumento de impostos e contribuições a recolher	(29.242)	48.322
Aumento (redução) de partes relacionadas	3.680	(84.657)
Aumento (redução) de outras contas a pagar	1.371	(2.004)
	<u>14.565</u>	<u>(167.175)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>219.174</u>	<u>69.887</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
(Aquisições) de ativo imobilizado	(223.261)	(110.781)
(Aquisições) de bens intangíveis	(1.911)	(2.527)
(Aumento) empréstimos e financiamentos com partes relacionadas a receber	-	(14.218)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(225.172)</u>	<u>(127.526)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	478	250.000
Debêntures Conversíveis em ações	199.995	-
Captações de empréstimos e financiamentos	-	650.000
Amortizações de principal dos empréstimos e financiamentos	-	(611.710)
Juros pagos	(50.296)	(37.800)
Pagamento de custos de captação	(2.214)	(16.944)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>147.963</u>	<u>233.546</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>141.965</u>	<u>175.907</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	(130.525)	(5.006)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>272.490</u>	<u>180.913</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>141.965</u>	<u>175.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Informações gerais**

A Parnaíba Gás Natural S.A. ("Companhia" ou "PGN"), com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a pesquisa, lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos, mediante a autorização da União, bem como quaisquer outras atividades correlatas e afins. A Companhia poderá, ainda, para a consecução de seu objeto, participar do capital de outras sociedades ou, ainda, de consórcios com outras sociedades.

Em 30 de outubro de 2013, os então acionistas da Companhia se reuniram em assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a alteração da denominação social da Companhia (cuja aprovação resultou na atual denominação), bem como sobre a proposta da administração da Companhia de aumentar seu capital social em aproximadamente R\$ 250.000.

A Cambuhy Investimentos Ltda. ("Cambuhy") e a DD Brazil Holdings S.à.r.l. ("E.ON"), veículo de investimentos da alemã E.ON S.E., manifestaram a intenção de participar do referido aumento de capital, observadas certas condições, mediante aporte de capital no valor total de aproximadamente R\$ 250.000.

O Aumento de Capital foi efetivamente concluído em 19 de fevereiro de 2014, com a subscrição da totalidade das ações equivalentes a R\$ 200.000 pelo Cambuhy I FIP, fundo de investimento gerido pela Cambuhy, e ações equivalentes a R\$ 50.000 pela E.ON.

Como consequência do aumento de capital acima mencionado, Cambuhy, Eneva, E.ON, e OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial ("OGX P&G") passaram a deter participações correspondentes a 36,37%, 18,18%, 9,09% e 36,36%, respectivamente, do capital social total e votante da Companhia.

Em março de 2014, a Companhia aprovou a emissão de debêntures simples no montante de até R\$ 745.000 para o refinanciamento do passivo financeiro e a recomposição do capital de giro da companhia, ao custo de 120% de CDI, conforme descrito na Nota Explicativa nº 13. Desse total, R\$ 649.510 foram utilizados, também em março de 2014, para liquidar integralmente: (a) a parcela remanescente da dívida com o Morgan Stanley (*credit agreement* 4.131) - R\$ 142.328; (b) a parcela remanescente das dívidas (debêntures não conversíveis) com os bancos Santander - R\$ 146.983 - e Itaú BBA S.A. - R\$ 146.983; e (c) a dívida de R\$ 213.215 com a ENEVA S.A., por conta do pagamento de  $\frac{1}{3}$  das dívidas citadas nos itens (a) e (b). O saldo remanescente de R\$ 95.000 foi integralizado em setembro de 2014.

Os recursos foram captados através da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com distribuição pública destinada a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 476. Foram emitidas 74.500 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10 e vencimento em 20 de fevereiro de 2020, com remuneração paga semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 28 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em agosto de 2014. Do total das debêntures, foram encarteiradas 55.000 pelo Bradesco e 19.500 pelo Citibank.

Em fevereiro de 2015, a Companhia aprovou a emissão de até 20.000 debêntures simples, mandatoriamente conversíveis em ações, em série única, para financiamento de seu plano de investimentos na exploração e desenvolvimento dos blocos da bacia do Parnaíba, com vencimento em 2022. Em 06 de abril de 2015 a Cambuhy integralizou a totalidade das 20.000 debêntures com valor equivalente a R\$ 199.995.

### **Portfólio de concessões**

Em 30 de junho de 2015 a Companhia participa das seguintes concessões, como operadora:

<b>Nº</b>	<b>País</b>	<b>Bacia</b>	<b>Bloco</b>	<b>Operador</b>	<b>% PGN</b>
1	Brasil	Parnaíba	BT-PN-1	PGN	50% (PGN)
2	Brasil	Parnaíba	BT-PN-4	PGN	70% (PGN)
3	Brasil	Parnaíba	BT-PN-5	PGN	70% (PGN)
4	Brasil	Parnaíba	BT-PN-6	PGN	70% (PGN)
5	Brasil	Parnaíba	BT-PN-7	PGN	70% (PGN)
6	Brasil	Parnaíba	BT-PN-8	PGN	70% (PGN)
7	Brasil	Parnaíba	BT-PN-10	PGN	70% (PGN)

Parte substancial das operações da Companhia são realizadas em montantes significativos com partes relacionadas, subsidiárias da Eneva S.A., de acordo com os termos e condições demonstrados na Nota Explicativa nº 11 e também com as condições descritas na Nota Explicativa nº 17.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todas as demonstrações contábeis intermediárias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 e 8 - Depreciação, depleção e amortização - Vidas úteis.
  - Nota Explicativa nº 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos - prazo de realização.
  - Nota Explicativa nº 14 - Provisão para obrigação de abandono - premissas de taxa de desconto utilizada e prazo da provisão para obrigação de abandono futuro dos campos e exploração e produção.
  - Nota Explicativa nº 15 - Contingências - expectativa de perda em processos judiciais.
  - Nota Explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.
- e. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias**  
As demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2015 foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada pela Diretoria em 30 de julho de 2015.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias.

#### **a. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### **b. Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento

Em 30 de junho de 2015 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

## ***Classificação***

### ***Empréstimos e recebíveis***

Enquadram-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo, exceto aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, os quais são classificados como mantidos para negociação, e os que a entidade, no reconhecimento inicial, designa pelo valor justo por meio do resultado.

Em 30 de junho de 2015 os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o caixa, contas a receber e os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas.

### ***Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Os saldos mantidos em contas-correntes (“Caixa e bancos”) têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como recebíveis. São valores em depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis.

As aplicações financeiras, classificadas como caixa e equivalentes, são tratadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

### ***Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado***

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting*. Em 30 de junho de 2015 a Companhia não possui operações de *hedge accounting*.

São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Em 30 de junho de 2015 os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia compreendem as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### ***Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção***

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia compreendem os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção.

#### *Outros passivos financeiros*

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia compreendem os Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Contas a pagar com partes relacionadas, e Outras contas a pagar.

#### *Reconhecimento e mensuração*

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **c. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

#### **d. Estoques**

Os estoques de materiais são representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos ou utilizados na campanha de perfuração exploratória e na produção de óleo e gás. Uma vez utilizados, esses materiais são reclassificados de estoque para imobilizado. Os estoques de materiais estão registrados ao custo de aquisição ou produção e ajustados, quando aplicável, ao valor de realização.

#### **e. Imobilizado**

É registrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

É representado, sobretudo, por ativos associados às fases de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, como, por exemplo, gastos com perfuração e completação, e equipamentos de E&P. Inclui, ainda, máquinas e equipamentos e outros ativos tangíveis utilizados para fins administrativos, como móveis, equipamentos telefônicos e equipamentos de informática.

***Método dos esforços bem sucedidos (Successful efforts method)***

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos (*successful efforts*). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia & geofísica (G&G) e de sísmica devem ser considerados despesas do período. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

***Gastos com abandono***

Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural são registrados como ativo imobilizado em contrapartida de uma provisão no passivo. Vide Notas Explicativas nº 3 (h) e 14.

***Custos de empréstimos***

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado fazem parte do custo desse ativo e, portanto, são capitalizados. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa do período em que são incorridos.

Ativos qualificados são ativos que necessariamente levam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido ou para venda. A capitalização dos custos de empréstimos é iniciada quando são incorridos gastos com o ativo qualificável e são incorridos custos de empréstimo, e cessa quando o ativo qualificável está pronto para o uso ou quando a construção ou produção do ativo é suspensa por longos períodos.

Os custos de empréstimos incluem juros e variação cambial, sendo que essa última somente é capitalizada na extensão em que equaliza os juros de uma captação em moeda estrangeira aos juros que seriam incorridos em uma captação em condições semelhantes no mercado nacional.

Adicionalmente, na determinação de custos de empréstimos elegíveis a capitalização, a Companhia exclui eventuais rendimentos auferidos por aplicações financeiras realizadas com recursos advindos de tais empréstimos.

***Depreciação***

Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas. Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada mais provável) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas.

Máquinas e equipamentos são depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com seus respectivos valores residuais.

**f. Intangível**

É registrado ao custo de aquisição, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

É representado, sobretudo, pelos bônus de assinatura pagos para se obter a concessão das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em determinados blocos. Inclui, ainda, os gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática.

***Amortização***

Os bônus de assinatura são amortizados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas. Os demais intangíveis são amortizados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8, que levam em consideração o tempo de utilização estimado.

**g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

***Análise de indicativos***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Especificamente em relação aos ativos relacionados às atividades de exploração de petróleo e gás, a Companhia considera alguns fatores como indicativos de que um ativo não é recuperável, como por exemplo: (i) não há um orçamento aprovado para os estudos de viabilidade dos poços perfurados; (ii) o prazo de concessão está chegando próximo ao fim, as atividades exploratórias ainda estão em fase inicial e não é provável a renovação dessa concessão; (iii) os poços perfurados foram dados como "secos"; (iv) os hidrocarbonetos encontrados não são suficientes para constituírem uma reserva, ou seja, não são recuperáveis dadas as atuais condições econômicas e tecnológicas. Se a avaliação apontar a existência de indicativos de *impairment* e a administração da Companhia entender que, de fato, há uma perda não recuperável, tal perda é reconhecida no resultado do período.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração.

***Provisão para obrigação de abandono futuro de campos de exploração e produção***

Antes da declaração de comercialidade de uma determinada área, a Companhia não provisiona os gastos previstos com abandono, ao fim do período de concessão ou de produção. A provisão não é constituída, pois, dada a fase em que se encontra a operação, ainda não é possível uma mensuração, com razoável segurança, dos gastos a serem incorridos e nem a previsão da data de abandono da área.

Quando o ativo entra na fase de desenvolvimento e há mais subsídios para estimar de forma razoável esses gastos, os mesmos são provisionados em contrapartida de ativo imobilizado.

A metodologia de cálculo dessa provisão consiste em estimar na data base quanto a Companhia desembolsaria caso abandonasse as áreas naquele momento. O montante estimado é inflacionado até a data prevista para o abandono, e posteriormente descontado a valor presente por uma taxa livre de risco. O risco associado à provisão é considerado no fluxo estimado de pagamentos.

A taxa livre de risco utilizada é a taxa de um título governamental, cuja moeda e prazo sejam similares ao da provisão. As taxas de inflação e de desconto são revisadas periodicamente e eventuais aumentos ou reduções da provisão para abandono são registrados em contrapartida do ativo imobilizado.

Em adição, mensalmente, a provisão é aumentada pelo efeito da taxa de desconto (acréscimo dos juros), em contrapartida do resultado financeiro.

#### **i. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a amortização em 60 meses das despesas referentes ao período pré operacional, além do prejuízo fiscal de períodos anteriores.

##### ***Saldos correntes***

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos sobre a renda onde a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

A legislação permite a opção pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social, tendo a Companhia optado por efetuar antecipações mensais.

##### ***Saldos diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

##### ***Incentivos fiscais***

A Parnaíba Gás Natural S.A. está situada em um região na área de atuação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e obteve o incentivo fiscal que estabelece uma redução de 75% do imposto de renda do lucro decorrente da receita incentivada, até 2023.

O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda e, na distribuição dos resultados do período, o montante reduzido da despesa é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais, conforme disposição legal.

**j. Arrendamento mercantil**

Um arrendamento mercantil é classificado como financeiro se ele transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do arrendador para o arrendatário, do contrário o arrendamento é classificado como operacional.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração dos resultados, durante o período do arrendamento.

A Companhia não identificou nenhuma operação que caracterizasse o registro de um arrendamento mercantil financeiro.

**k. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção**

Como operadoras das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações das companhias é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, as operadoras são responsáveis por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pelas operadoras contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos pelas *joint ventures*.

Os impactos nos resultados individuais das companhias, entretanto, refletem, apenas, as suas participações nas concessões, já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos.

Essas cobranças ocorrem mensalmente. A Companhia reporta os gastos totais já incorridos pela operação, faturados ou não, através do relatório *billing statement*, que serve de base para as cobranças mensais (*cash calls*).

**l. Benefícios a empregados**

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são registradas como despesas ou parte do custo do imobilizado, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação formalizada de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

**m. Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**n. Receitas e despesas financeiras**

Abrangem, basicamente, juros de empréstimos, financiamentos, aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas realizadas com instrumentos financeiros derivativos e amortização dos custos de captação.

Os ganhos e perdas cambiais são informados separadamente, também como receitas ou despesas financeiras.

**o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis intermediárias e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Jun/15</b>	<b>Dez/14</b>
Caixa e bancos	206	47
Aplicações Financeiras (i)	272.284	130.478
	<u>272.490</u>	<u>130.525</u>

**(i) Aplicações Financeiras**

Refere-se a Aplicações Financeiras em investimentos com risco insignificante de alteração de valor, indexados à taxa de depósito interbancário, com liquidez para resgate em até 30 dias. Os investimentos são realizados com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Diretoria Executiva respeitando ainda limites de concentração por contraparte aprovada. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é realizado com base em metodologia que considera, dentre outras informações, os *ratings* divulgados pelas agências internacionais de *rating*. Em 30 de junho de 2015, rentabilidade média das aplicações era de 100,63% CDI.

As operações compromissadas atendem a definição de equivalentes de caixa tendo em vista as características mencionadas acima, a garantia de recompra dos títulos por parte das instituições financeiras emissoras e a estratégia de gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

## 5 Contas a receber

Contas a receber	Jun/15	Dez/14
Venda de gás e arrendamento	66.765	108.551
	<u>66.765</u>	<u>108.551</u>

O contas a receber da Companhia refere-se substancialmente a recebíveis associados aos contratos de fornecimento de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás com subsidiárias da Eneva S.A.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía recebíveis vencidos no montante de R\$ 9.173. Em 29 de abril de 2015, os valores em atraso na data foram objeto de acordo firmado entre a Companhia e o parceiro BPMB Parnaíba S.A. (“BPMB”), de um lado, e Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Consórcio UTE Parnaíba IV (em conjunto “Usinas do Complexo Parnaíba”), clientes da Companhia, de outro, com a Eneva S.A. como interveniente anuente. Ficou estabelecido que tais valores serão quitados integralmente pelas Usinas do Complexo Parnaíba até o mês de setembro de 2015.

Em virtude do referido acordo, foi reconhecido contabilmente a perda de R\$ 19.890 decorrente de rubricas que estavam sob discussão no âmbito dos contratos firmados pela Companhia e BPMB com as Usinas do Complexo Parnaíba.

## 6 Estoques de materiais e consumíveis

Composto basicamente por materiais consumíveis em período superior a um ano, necessários à execução da campanha de perfuração da Companhia, sendo a posição em 30 de junho de 2015 de R\$ 31.064 (R\$ 32.469 em 31 de dezembro de 2014).

## 7 Imobilizado

<b>Imobilizado</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>Instalações Gerais</b>	<b>Imobilizado de exploração e produção</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2013	142	5	191	7.412	-	1.001.309	1.009.059
Adições	894	549	557	3.415	299	208.000	213.714
Adições - provisão para abandono	-	-	-	-	-	1.291	1.291
Baixas - custos não recuperáveis	-	-	-	-	-	(8.353)	(8.353)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>1.036</u>	<u>554</u>	<u>748</u>	<u>10.827</u>	<u>299</u>	<u>1.202.247</u>	<u>1.215.711</u>
Adições	186	-	1.548	135	-	226.028	227.897
Adições - provisão para abandono	-	-	-	-	-	(40.035)	(40.035)
Adições - provisão para abandono (parcela parceiro)	-	-	-	-	-	(12.011)	(12.011)
Adições - juros capitalizados	-	-	-	-	-	10.926	10.926
Adições - amortização custo de captação	-	-	-	-	-	68	68
Adições - rendimentos de aplicação financeira	-	-	-	-	-	(4.638)	(4.638)
Crédito Pis e Cofins	-	-	-	-	-	(54.692)	(54.692)
Baixas - poço seco	-	-	-	-	-	(23.153)	(23.153)
Em 30 de junho de 2015	<u>1.222</u>	<u>554</u>	<u>2.296</u>	<u>10.962</u>	<u>299</u>	<u>1.328.761</u>	<u>1.344.094</u>
<b>Depreciação e depleção</b>							
Em 31 de dezembro de 2014	(123)	(35)	(162)	(3.040)	(94)	(233.949)	(237.403)
Depreciação e depleção no período	(95)	(28)	(138)	(914)	(49)	(87.164)	(88.388)
Em 30 de junho de 2015	<u>(218)</u>	<u>(63)</u>	<u>(300)</u>	<u>(3.954)</u>	<u>(143)</u>	<u>(321.113)</u>	<u>(325.791)</u>
Taxas de depreciação e depleção	<u>10%</u>	<u>10%</u>	<u>20%</u>	<u>10%</u>	<u>10%</u>	<u>(d)</u>	
Valor residual líquido							
Em 30 de junho de 2015	1.004	491	1.996	7.008	156	1.007.648	1.018.303
Em 31 de dezembro de 2014	<u>913</u>	<u>519</u>	<u>586</u>	<u>7.787</u>	<u>205</u>	<u>968.298</u>	<u>978.308</u>

## Apresentação do imobilizado e da despesa de exploração e produção

### Movimento do imobilizado de E&P em 30/06/2015

Bacia	Nº de Blocos	Adições (b)	Baixa poços secos/áreas subcomerciais (c)	Despesas com exploração
Parnaíba	7	180.338	(23.153)	(27.224)
		180.338	(23.153)	(27.224)

### Movimento do imobilizado de E&P em 30/06/2014

Bacia	Nº de Blocos	Adições (b)	Baixa poços secos/áreas subcomerciais (c)	Despesas com exploração
Parnaíba	7	101.088	(536)	(4.333)
		101.088	(536)	(4.333)

**a. Avaliação de indicativos de impairment**

A Companhia vem efetuando os investimentos necessários para cumprir seu programa exploratório e obter acesso às reservas suficientes para o sucesso de suas operações futuras.

A Companhia considera para fins de avaliação de impairment, como uma unidade geradora de caixa (UGC), suas unidades produtoras de gás (UPGs).

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não identificou indicativos de *impairment* associados aos ativos de exploração e produção.

**b. Histórico de aquisição de concessões exploratórias**

Em 24 de setembro de 2009, foi homologada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) a aquisição de 70% de participação em sete blocos exploratórios terrestres na Bacia do Parnaíba, interior do Maranhão, por meio da empresa ligada OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial (“OGX P&G”), que se tornou operadora das concessões na época. Foi pago o montante de R\$ 12.000 equivalentes aos bônus de assinatura. Esta participação foi adquirida junto à Petra Energia Ltda., sucedida pela BPMB Parnaíba S.A., atualmente a detentora de 30% dos referidos blocos.

Em 27 de abril de 2010, a ANP aprovou a transferência da participação de 70% dos direitos e obrigações referentes a sete blocos exploratórios terrestres na Bacia do Parnaíba, detidos na época pela empresa ligada OGX P&G para a PGN.

Em 8 de setembro de 2011 a Companhia homologou a aquisição de 50% de participação no bloco PN-T-102, localizado na Bacia do Parnaíba. A participação foi adquirida pela PGN junto às companhias Imetame Energia S.A., DELP Engenharia Mecânica Ltda. e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., que permaneceram com participação de 16,67%, 16,665% e 16,665%, respectivamente. A PGN detém 50% de participação e é a operadora do bloco.

Em 12 de março de 2014, a Companhia devolveu, em sua totalidade, o bloco PN-T-84 (contrato de concessão BT-PN-9) para a ANP após a realização de todo o Programa Exploratório Mínimo (PEM) da 1ª e 2ª Fase do Período de Concessão, incluindo a perfuração de dois poços sem descoberta de hidrocarbonetos.

**c. Baixas**

Em 30 de junho de 2015 as baixas dos custos associados a poços dados como secos e a áreas não comerciais representaram R\$ 23.153, enquanto em 30 de junho de 2014 o total de R\$ 536, foi baixado.

**d. Depreciação**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 3(e), o imobilizado de exploração e produção é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

A Companhia mantém atualizado o saldo de reservas provadas dos campos produtivos, para fins de depreciação por unidades produzidas, conforme o Boletim Anual de Reservas (BAR), enviado anualmente a ANP, de acordo com o quadro abaixo:

BAR - Campo Gavião Real	Dez/14	Dez/13
Reservas provadas em milhões de m <sup>3</sup>	5.748,566	6.300,130
Produção do campo acumulada em milhões de m <sup>3</sup>	3.388,477	1.420,040
Total	9.137,043	7.720,170

O critério de atualização do saldo de reservas está descrito na Nota Explicativa nº 3.e.

A unidade de tratamento de gás (UTG) é depreciada linearmente por 20 anos.

## 8 Intangível

	Softwares	Intangível de E&P (a)	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2013	61	12.907	12.968
Adições	7.050	-	7.050
Em 31 de dezembro de 2014	7.111	12.907	20.018
Adições	1.911	-	1.911
Em 30 de junho de 2015	9.022	12.907	21.929
Amortização			
Em 31 de dezembro de 2013	(39)	(115)	(154)
Amortização	(628)	(173)	(801)
Em 31 de dezembro de 2014	(667)	(288)	(955)
Amortização	(839)	(60)	(899)
Em 30 de junho de 2015	(1.506)	(348)	(1.854)
Taxas de amortização (% a.a.)	20%	DUP	
Valor residual líquido			
Em 30 de junho de 2015	7.516	12.559	20.075
Em 31 de dezembro de 2014	6.444	12.619	19.063

- (a) Refere-se aos bônus de assinatura pagos, nas rodadas licitatórias da ANP, para se obter as concessões de exploração, desenvolvimento e produção dos blocos e aos valores pagos em aquisições de participações de terceiros (*farm ins*).

## 9 Impostos e contribuições a recuperar, diferidos e a recolher

A composição de impostos a recuperar e a recolher é como segue:

### a. Impostos e contribuições a recuperar - Ativo Circulante

	Jun/15	Dez/14
IRRF sobre aplicações financeiras	1.303	2.658
IRPJ antecipado	-	42.010
CSLL antecipada	-	17.948
IRPJ - Saldo Negativo	33.325	-
CSLL - Saldo Negativo	2.357	-
PIS e COFINS a compensar	32.419	612
Outros a compensar	252	129
	<hr/>	<hr/>
Total de impostos e contribuições a recuperar	69.656	63.357

A realização dos créditos tributários de curto prazo se dará principalmente com a compensação do PIS e Cofins incidentes sobre a receita, podendo também ser utilizados por outros impostos e contribuições federais devidas.

### b. Impostos e contribuições a recuperar - Ativo Não Circulante

	Jun/15	Dez/14
PIS e COFINS a recuperar	54.692	-
	<hr/>	<hr/>
Total de impostos e contribuições a recuperar	54.692	-

#### **Créditos Tributários**

No segundo trimestre de 2015, a Companhia concluiu o estudo referente aos créditos de PIS e Cofins decorrentes das aquisições de ativo imobilizado e dos serviços utilizados como insumos na sua operação do período de janeiro de 2010 até dezembro 2014, que não foram apropriados no momento de sua entrada.

Foram apurados o montante de R\$ 81.945 de créditos de PIS/Cofins, dos quais R\$ 27.253 estão disponíveis para a utilização por meio da compensação com outros tributos federais, e estão registrados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar no ativo circulante em contrapartida da rubrica de resultado outras receitas (despesas) operacionais; e R\$ 54.692 serão amortizados pelo critério mensal de depreciação adotado pela Companhia, e estão registrados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar no ativo não circulante em contrapartida do ativo imobilizado.

A decisão da Companhia foi suportada pela recomendação e *legal opinion* de consultores e advogados externos e independentes.

(i) *Ativo Diferido*

	<b>Jun/15</b>	<b>Dez/14</b>
IR/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	13.827	15.486
IR/CSLL diferido sobre diferenças de RTT	<u>56.789</u>	<u>69.222</u>
Total de impostos e contribuições diferidos	<u>70.616</u>	<u>84.708</u>

O ativo não circulante é composto, principalmente, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes das diferenças temporárias e dos ajustes de RTT.

(ii) *Impostos e contribuições a recolher*

	<b>Jun/15</b>	<b>Dez/14</b>
Passivo circulante		
IRPJ a recolher	-	18.745
CSLL a recolher	-	9.953
PIS/Cofins a recolher	3.971	5.145
ICMS	1.774	1.256
IRRF	2.232	1.817
Retenção contribuições sociais	873	430
Royalties a pagar	3.571	5.153
Outros	<u>1.616</u>	<u>780</u>
Total de Impostos e contribuições a recolher	<u>14.037</u>	<u>43.279</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é como segue:

	<b>Jun/15</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Lucro do período antes do IRPJ e CSLL	6.395	6.395
Ajustes permanentes	20.924	20.294
Ajustes de outros períodos	<u>(12.697)</u>	<u>1.284</u>
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	14.622	27.973
Alíquotas combinada (%)	<u>25,00%</u>	<u>9,00%</u>
IRPJ e CSLL corrente e diferido - apurado	(3.656)	(2.518)
Composição do IRPJ e CSLL		
IRPJ e CSLL - corrente	6.706	1.212
IRPJ e CSLL - diferido	<u>(10.362)</u>	<u>(3.730)</u>
Total do IRPJ e CSLL	(3.656)	(2.518)
Alíquota efetiva	<u>25,00%</u>	<u>9,00%</u>

	<b>Jun/14</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Lucro do período antes do IRPJ e CSLL	162.680	162.680
Ajustes permanentes	158	158
Ajustes de outros períodos	-	-
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	162.838	162.838
Aliquotas (%)	25%	9%
IRPJ e CSLL corrente e diferido - apurado	(40.710)	(14.655)
Composição do IRPJ e CSLL		
IRPJ e CSLL - corrente	(34.336)	(12.360)
IRPJ e CSLL - diferido	(6.374)	(2.295)
Total do IRPJ e CSLL	(40.710)	(14.655)
Aliquota efetiva	25,00%	9,00%

### **Regime tributário de transição (“RTT”)**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia optou pela apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de acordo com o RTT, regime que visa garantir a neutralidade tributária por meio da eliminação dos efeitos contábeis decorrentes da aplicação da Lei 11.638/07 e da MP n° 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no LALUR e controles auxiliares.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973/14 que tem como objetivo regulamentar de forma permanente os efeitos tributários decorrentes dos ajustes contábeis introduzidos pelas IFRS no país. As disposições previstas na lei têm vigência obrigatória a partir de 2015, com opção de adoção antecipada a partir de 2014 pelos contribuintes.

O efeito máximo da aplicação não geraria impactos relevantes para a Companhia, razão pela qual a mesma não optou pela aplicação da referida norma a partir do ano-calendário de 2014. Tal procedimento está de acordo com os termos dos arts. 75 e 96, da Lei 12.973/14. A partir do exercício de 2015, todas as empresas brasileiras estarão enquadradas na nova lei. Não existe impacto para Companhia uma vez que a Parnaíba Gás Natural não distribuiu dividendos no período de 2009 a 2014.

## **10 Contas a receber parcerias**

A Companhia possui um total de R\$ 37.286 referente aos valores recobrados de parceiros (*joint operations*) nas concessões por ela operadas. Em 31 de dezembro de 2014 este saldo era de R\$ 18.153.

## 11 Partes relacionadas

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados a seguir:

### a. Contas a pagar e empréstimos e financiamentos a pagar

	Passivos com partes relacionadas	
	Jun/15	Dez/14
Contas a pagar		
OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial (i)	1.879	1.964
Parnaíba B.V. (ii)	8.807	4.338
E.ON E&P Norge AS (i)	-	704
Subtotal	<u>10.686</u>	<u>7.006</u>
Empréstimos e financiamentos a pagar		
Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações (iii)	10.924	-
Subtotal	<u>10.924</u>	<u>-</u>
Total	<u>21.610</u>	<u>7.006</u>

- (i) Referem-se ao repasse dos gastos das empresas listadas acima, com relação ao compartilhamento de seus recursos nas áreas técnica e administrativa, feito a partir de critérios de rateio estabelecidos com base em apontamentos das horas trabalhadas para a PGN e ou reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a arrendamento operacional de equipamentos adquiridos para a utilização na UTG, com a parte relacionada Parnaíba BV, conforme contrato estabelecido entre as partes.
- (iii) Refere-se ao juros sobre as Debêntures conversíveis, demonstradas na Nota Explicativa nº16. A contrapartida desses juros foram capitalizados, conforme demonstrado na Nota Explicativa a nº 7 do ativo imobilizado.

### Remuneração da Administração

No período findo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os administradores, receberam remuneração e bônus por serviços nas respectivas áreas de conhecimento e competência, conforme descrito no quadro abaixo:

	Jun/15	Dez/14
Benefícios de curto prazo:		
Honorários	1.386	1.849
Bônus	<u>3.779</u>	<u>76</u>
	<u>5.165</u>	<u>1.925</u>

### b. Empréstimos e financiamentos a receber

A Companhia possui 2 contratos de mútuo com a Parnaíba B.V. e 1 com a OGX Netherlands com vencimentos em novembro e dezembro de 2015. Os contratos são indexados a Libor de 12 meses acrescido de 2,5% ao ano. Em 30 de junho de 2015 o valor a receber é de R\$ 50.065 (2014 - R\$ 42.213).

**c. Operação com subsidiárias da Eneva S.A.**

As receitas da Companhia são realizadas com as partes relacionadas, subsidiárias da Eneva S.A., de acordo com os termos e condições demonstrados na Nota Explicativa nº 17.

**12 Fornecedores**

	<b>Jun/15</b>	<b>Dez/14</b>
Fornecedores nacionais	55.500	40.106
Fornecedores estrangeiros	13.144	13.429
Provisões (i)	<u>54.529</u>	<u>26.788</u>
	<u>123.173</u>	<u>80.323</u>

- (i) As provisões contemplam basicamente os custos incorridos com perfuração, cujo os serviços/materiais foram prestados/adquiridos e as notas fiscais estão em processo de escrituração.

## 13 Empréstimos e financiamentos

Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa de juros	Contraparte	Jun/15				Dez/14			
				Principal	Juros	(-) Custos de transação a apropriar	Total	Principal	Juros	(-) Custos de transação a apropriar	Total
Semestral	28/02/2020	120% CDI	Banco Bradesco/Citibank	<u>745.000</u>	<u>36.283</u>	<u>(12.530)</u>	<u>768.753</u>	<u>745.000</u>	<u>33.455</u>	<u>(14.396)</u>	<u>764.059</u>
Total				<u>745.000</u>	<u>36.283</u>	<u>(12.530)</u>	<u>768.753</u>	<u>745.000</u>	<u>33.455</u>	<u>(14.396)</u>	<u>764.059</u>
Circulante				<u>83.441</u>	<u>36.283</u>	<u>-</u>	<u>119.724</u>	<u>-</u>	<u>33.455</u>	<u>-</u>	<u>33.455</u>
Não Circulante				<u>661.559</u>	<u>-</u>	<u>(12.530)</u>	<u>649.029</u>	<u>745.000</u>	<u>-</u>	<u>(14.396)</u>	<u>730.604</u>

## Movimentação da dívida

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Saldo em 31 de dezembro 2014:	(764.059)	(628.587)
(-) Novas captações	-	(745.000)
(-) Juros incorridos	(53.125)	(92.650)
(-) Variação cambial	-	(1.556)
(+) Pagamento de juros	50.296	77.894
(+) Pagamento de principal	-	611.710
(+) Custo de captação	-	16.944
(-) Amortização do custo de captação	<u>(1.865)</u>	<u>(2.814)</u>
Saldo em 30 de junho de 2015:	<u>(768.753)</u>	<u>(764.059)</u>

**(i) Dívida**

Em 30 de junho de 2015 a dívida ativa era de R\$ 781.283 (composta por R\$ 745.000 de principal, R\$ 36.283 de juros acumulados), com prazo médio de 2,75 anos. Em 30 de junho de 2015 a Companhia apresentava dívida de curto prazo no montante de R\$ 83.441.

**(ii) Principais operações de empréstimos e financiamentos:**

Em fevereiro de 2014, a Companhia aprovou a emissão de 74.500 debêntures simples com valor unitário de R\$ 10, representando um montante de até R\$ 745.000, para o refinanciamento de seu passivo financeiro e recomposição do capital de giro da companhia, ao custo de 120% de CDI, (“Segunda Emissão de Debêntures”). Do montante emitido, R\$ 650.000 foram integralizados em março de 2014 e utilizados para liquidar: (a) a parcela remanescente da dívida com o Morgan Stanley (credit agreement 4.131) - R\$142.328; (b) a parcela remanescente da Primeira Emissão de Debêntures com os bancos Santander - R\$146.983 - e Itaú BBA S.A. -R\$146.983; e (c) a dívida de R\$213.215 com a ENEVA S.A., por conta do pagamento de 1/3 das dívidas citadas nos itens (a) e (b). O saldo remanescente de R\$ 95.000 foi integralizado em setembro de 2014. A Segunda Emissão de Debêntures foi constituída por debêntures simples, não conversíveis em ações, com distribuição pública, com esforços restritos de colocação, destinada a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 476, com vencimento final em 20 de fevereiro de 2020, amortização de principal a partir de 2016 e juros remuneratórios semestrais.

Os juros incidentes sobre este empréstimo não estão sendo capitalizados pois seus recursos não foram utilizados para fins operacionais e sim financeiros.

## 14 Provisões para obrigação de abandono

As provisões de abandono, compreendem os saldos de provisão dos campos Gavião Real e Gavião Branco:

	<b>Jun/15</b>	<b>Dez/14</b>
Provisão para obrigação de abandono	47.557	81.962
Contas a receber parceiros (30%)	<u>(14.267)</u>	<u>(24.589)</u>
Provisão para obrigação de abandono (70%)	33.290	57.373

### Composição da provisão:

	Jun/15	Dez/14
Provisão para obrigação de abandono - participação Companhia (parcela 70%)	33.290	57.373
Provisão para obrigação de abandono - participação Parceiros (parcela 30%)	<u>14.267</u>	<u>24.589</u>
Provisão para obrigação de abandono - total (parcela 100%)	47.557	81.962

Refere-se à provisão para obrigação de abandono futuro de áreas de exploração e produção. Conforme indicado na Nota Explicativa nº 3 (h), a partir da declaração de comercialidade de seus campos, a Companhia passa a constituir provisão para atender à obrigação de abandono das áreas (*Asset Retirement Obligation - ARO*) ao final do período de concessão. Tal provisão reflete a estimativa dos gastos a serem incorridos, sobretudo, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção.

Em virtude da revisão do Plano de Desenvolvimento de Gavião Real, ocorrido em 30 de dezembro de 2014, que alterou a estimativa de custos de desativação deste campo de USD 34 milhões para R\$ 93 milhões, a Companhia revisou os critérios e premissas de constituição da provisão de abandono. Além do principal da provisão, a Companhia atualizou as taxas de inflação e de desconto, considerando as taxas do governo brasileiro ao invés das taxas do governo americano, como era o procedimento anterior.

No segundo trimestre de 2015, em função da aprovação pela ANP do Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo Gavião Branco, a Companhia registrou a provisão de abandono desse campo, conforme metodologia descrita na Nota Explicativa nº 3.h..

## 15 Contingências

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Companhia não era ré em litígios cuja expectativa de perda fosse considerada provável (maior que 50%) e, portanto, não foram constituídas provisões para contingências.

A Companhia é ré em processo arbitral cuja perda é considerada possível, porém entende que os valores envolvidos não são materiais.

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 19 de fevereiro de 2014, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 250.000 com a subscrição da totalidade das ações equivalentes a R\$ 200.000 pelo Cambuhy I FIP, fundo de investimento gerido pela Cambuhy, e ações equivalentes a R\$ 50.000 pela E.ON.

Em 13 de fevereiro de 2015 foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, o plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia (*stock option plan*), nos termos do artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações, conforme proposta encaminhada pela administração, nos limites do capital autorizado da Companhia. Este plano de opções de ações tem como objetivo alinhar os interesses entre os beneficiários e os atuais acionistas da Companhia, bem como reter profissionais altamente qualificados. A administração do Plano caberá ao Conselho de Administração da Companhia.

As tabelas a seguir demonstram a composição do capital social em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Capital integralizado	Jun/15			Dez/14		
	Nº de ações	Valor (R\$)	Participação %	Nº de ações	Valor (R\$)	Participação %
Cambuhy I						
FIP	245.730.434	200.000	36,33%	245.730.434	200.000	36,37%
Eneva S.A.	122.864.330	122.864	18,17%	122.864.330	122.864	18,18%
E. ON	61.432.608	50.000	9,08%	61.432.608	50.000	9,09%
OGX P&G	245.728.660	245.729	36,33%	245.728.660	245.729	36,36%
Outros	545.602	478	0,08%	-	-	-
	<u>676.301.634</u>	<u>619.071</u>	<u>100%</u>	<u>675.756.032</u>	<u>618.593</u>	<u>100%</u>

(iii) *Debêntures conversíveis em ações*

A Companhia aprovou a emissão de até 20.000 debêntures simples, em fevereiro de 2015, mandatoriamente conversíveis em ações, em série única, para financiamento de seu plano de investimentos na exploração e desenvolvimento dos blocos da bacia do Parnaíba, com vencimento em 2022. Em 06 de abril de 2015 a Cambuhy integralizou a totalidade das 20.000 debêntures com valor equivalente a R\$ 199.995.

Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa de juros	Contraparte	Jun/15			Dez/14		
				Principal	(-) Custos de transação a apropriar	Total	Principal	(-) Custos de transação a apropriar	Total
Semestral	-	3,5% + CDI	Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações	199.995	(2.146)	197.849	-	-	-

(i) Os custos de captação sobre as Debêntures conversíveis totalizaram R\$ 2.214, dos quais R\$ 68 foram amortizados e capitalizados em conformidade com o CPC 20, remanescendo o saldo de R\$ 2.146. A amortização dos custos de captação está demonstrada na Nota Explicativa nº 7.

Os juros incidentes sobre as Debêntures conversíveis no montante de R\$ 10.924, foram capitalizados, em conformidade com o CPC 20 e estão mencionados na movimentação do ativo imobilizado conforme Nota Explicativa nº 7. Em contrapartida está registrado no passivo na rubrica de empréstimos e financiamentos com pessoas ligadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 11.

**Movimentação da dívida**

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro 2014:	-	-
(-) Novas captações	(199.995)	-
(+) Custo de captação	2.214	-
(-) Amortização do custo de captação	(68)	-
Saldo em 30 de junho de 2015:	<u>(197.849)</u>	<u>-</u>

(iv) *Reserva legal*

O estatuto social da Companhia prevê a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social.

(v) *Reserva de incentivos fiscais*

A Parnaíba Gás Natural S.A. obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2023, calculado com base no lucro da exploração proporcional às receitas líquidas do gás produzido em Gavião Real.

Em 30 de junho de 2015 a Companhia não apurou lucro na exploração e portanto nenhuma reserva foi constituída.

(vi) *Dividendos*

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

## 17 Receita líquida de vendas

	<b>Jun/15</b>	<b>Jun/14</b>
Receita bruta de vendas	254.814	342.037
(-) Impostos sobre as vendas	<u>(19.014)</u>	<u>(39.830)</u>
Receita líquida de vendas	<u>235.800</u>	<u>302.207</u>

As receitas da Companhia derivam de contratos associados ao fornecimento de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás junto a subsidiária da Eneva S.A.

## 18 Custo dos produtos vendidos

	<b>Jun/15</b>	<b>Jun/14</b>
O&M	20.333	10.226
Participações governamentais	21.007	39.700
Químicos	181	49
Depreciação, depleção e amortização	87.382	77.865
Leasing com pessoas ligadas	<u>3.430</u>	<u>1.034</u>
	<u>132.333</u>	<u>128.874</u>

## 19 Despesas administrativas e gerais

Os principais gastos incorridos estão demonstrados no quadro abaixo:

	<b>Jun/15</b>	<b>Jun/14</b>
Impostos, taxas e contribuições	97	52
Patrocínio, divulgação da marca e publicidade	1.091	-
Depreciação/amortização	1.976	404
Despesas com pessoal	9.860	724
Despesas com escritório	1.731	55
Prestação de serviços técnicos	4.990	6.050
Outros	958	(622)
	<u>20.703</u>	<u>6.663</u>

## 20 Outras receitas (despesas) operacionais

Os principais gastos incorridos estão demonstrados no quadro abaixo:

	<b>Jun/15</b>	<b>Jun/14</b>
Reconhecimento de perda de contas a receber (i)	19.890	-
Crédito Pis / Cofins (ii)	<u>(27.253)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(7.363)</u>	<u>-</u>

(i) Conforme Nota Explicativa n.º 5;

(ii) Conforme Nota Explicativa n.º 9;

## 21 Resultado financeiro

	Jun/15	Jun/14
Receitas financeiras		
Juros auferidos	5.690	34.266
Rendimentos de aplicações financeiras	6.743	6.967
Atualização s/ impostos	<u>7.609</u>	<u>57</u>
	20.042	41.290
Despesas financeiras		
Juros/Encargos sobre financiamento	-	(4.217)
Juros sobre provisão para abandono	(3.942)	(723)
Juros sobre debêntures	(53.125)	(39.037)
Multa/Juros diversos	(211)	5.537
Apropriação dos custos de captação dos financiamentos	(1.865)	(266)
Outros	<u>(79)</u>	<u>(455)</u>
	(59.222)	(39.161)
Variações monetárias e cambiais		
Variações cambiais ativas	7.699	(6.017)
Variações cambiais passivas	<u>(1.805)</u>	<u>4.767</u>
	5.894	(1.250)
Resultado financeiro, líquido	<u>(33.286)</u>	<u>879</u>

## 22 Compromissos assumidos

### Programa Exploratório Mínimo (“PEM”)

A Companhia assumiu o compromisso de cumprir o PEM do segundo período exploratório que compreende a perfuração de oito poços exploratórios.

Em 30 de junho de 2015, o PEM a ser cumprido ou confirmado perante a ANP está apresentado no quadro abaixo:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2015
PEM com seguro garantia				
Parnaíba	-	-	-	-

## 23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A utilização e administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram

determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito nos valores de realização estimados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias, conforme o quadro abaixo:

<b>Ativo</b>	<b>Jun/15</b>	<b>Dez/14</b>
Caixa e equivalente de caixa	272.490	130.525
Contas a receber	66.765	108.551
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	50.065	42.213
Contas a receber parceiros	37.286	18.153
<b>Passivo</b>	<b>Jun/15</b>	<b>Dez/14</b>
Fornecedores	123.173	80.323
Empréstimos e financiamentos	768.753	730.604
Contas a pagar com partes relacionadas	10.686	7.006
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	10.924	-
Outras contas a pagar	7.901	6.530

## **23.1 Derivativos e gerenciamento de risco**

### **a. *Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos***

A contratação de instrumentos derivativos tem como objetivo a gestão dos riscos financeiros da Companhia, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o propósito de especulação. São realizadas análises periódicas das exposições existentes para monitoramento e apreciação da Administração, que avaliará os fatores de risco a serem cobertos e cuja recomendação deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros, inflação e variação no preço de commodities oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional realizado pela Administração.

**b. Risco de mercado**

**b.1 Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposição ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre substancialmente de operações com fornecedores em moeda estrangeira, existindo ainda exposição cambial proveniente das obrigações da Companhia que têm indexação ao preço de referência do gás natural definido pela ANP, como os royalties a pagar, participações governamentais e pagamentos aos proprietários de terra. Parte dessa exposição cambial é compensada com a receita da Companhia - que tem indexação ao dólar - por estar referenciada ao preço dos contratos futuros de gás natural Henry Hub, negociados na New York Mercantile Exchange (“NYMEX”). Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

No início de 2012, a Parnaíba Gás Natural realizou captação no valor total de R\$ 600.000 para financiar o desenvolvimento dos campos de Gavião Real e Gavião Azul de produção de gás natural, na Bacia do Parnaíba. O empréstimo-ponte, que foi realizado em parcelas idênticas por Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Morgan Stanley Bank N.A., tinha prazo de dois anos, contados da data de desembolso e pagamentos semestrais de juros.

*Exposição cambial líquida*

A exposição cambial líquida da Companhia em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 11.449 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 35.212).

**b.2 Risco de taxa de juros**

Risco de deslocamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Companhia não considera relevante o risco de juros em seu status atual porque o passivo relacionado à Segunda Emissão de Debêntures da PGN está 100% indexado à taxa dos depósitos interbancários (DI) compatível com as aplicações de seu caixa, indexadas a mesma taxa.

*Valor de referência (notional) e valor justo dos instrumentos derivativos*

Vide cross currency swap na seção anterior: “(b.1) Valor de referência (notional) e valor justo dos instrumentos derivativos”.

**c. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa da Companhia devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. As contrapartes da PGN podem ser divididas em três categorias: os clientes responsáveis pelas obrigações representadas pelos recebíveis referentes às vendas a prazo; as instituições financeiras com as quais a PGN mantém seus investimentos de caixa ou contrata transações com instrumentos derivativos; e os fornecedores de equipamentos, produtos e serviços em caso de antecipação de pagamentos.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise qualitativa e quantitativa da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência utilizada são os ratings das agências Standard & Poors, Moody's e Fitch.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de concentração por instituição e considera a avaliação de rating e situação patrimonial como referenciais para determinação das instituições com as quais a Companhia realizará seus investimentos. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Para avaliação das contrapartes comerciais a empresa segue critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes e fornecedores da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam esta prática são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

**d. Risco de liquidez**

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo.

O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento.

	Jun/15						
	Vencido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	-	61.113	-	-	-	-	61.113
Empréstimos e financiamentos	-	74.905	162.300	302.303	721.581	51.458	1.312.547
Contas a pagar com partes relacionadas	-	21.610	-	-	-	-	21.610
Total	-	157.628	162.300	302.303	721.581	51.458	1.395.270

## 23.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez e preços observáveis, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário.

O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo.

Não existem instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Apresentamos abaixo quadro com a hierarquia dos instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado.

### Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros 2014

	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Modelo de precificação baseado em preços observáveis (Nível II)	Modelo de precificação sem o uso de preços observáveis (Nível III)
Aplicações financeiras	-	130.478	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	130.478	-

### Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros 2015

	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Modelo de precificação baseado em preços observáveis (Nível II)	Modelo de precificação sem o uso de preços observáveis (Nível III)
Aplicações financeiras	-	272.284	-
Saldo em 30 de junho de 2015	-	272.284	-

## 24 Seguros

A Companhia, considerando a natureza de sua atividade, adota a política de contratar cobertura de seguros de acordo com as melhores práticas de mercado e com limites considerados pela Administração como adequados para cobrir eventuais sinistros. A seguir, demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes, vigentes em 30 de junho de 2015

Seguros/Modalidade	Importância segurada Expressos em Reais mil e Dólares mil	Vigência
Responsabilidade Civil para administradores - D&O	R\$ 30.000	31/01/2014 a 31/01/2016
Riscos Operacionais	US\$ 163.000	01/07/2014 a 01/07/2015
Oil Risk - Riscos de Petróleo	US\$ 135.001	01/09/2014 a 01/09/2015
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 20.000	24/10/2014 a 24/10/2015
Responsabilidade Civil - Obras Cíveis em Construção/Montagem	R\$ 30.000	04/05/2015 a 31/01/2016
Riscos de Engenharia	R\$ 313.622	15/05/2015 a 31/01/2016

### ***Responsabilidade Civil para Administradores***

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - Directors & Officers, com abrangência em todo território nacional e no exterior, com cobertura “A” (indenização em nome dos Administradores) e “B” (reembolso à sociedade).

### ***Riscos Operacionais***

Este seguro, realizado pela seguradora Allianz, visa a cobertura a Danos Materiais, Riscos de Engenharia (obras civis em construção e instalação e montagem) e Lucros Cessantes do projeto.

### ***Oil Risk - Riscos de Petróleo***

Esta apólice ampara exposições de Despesas Extras do Operador (controle de Poço, reperfuração/despesas extras, infiltração e poluição, limpeza e contaminação), Danos Físicos (perda ou dano físico, remoção de entulho e/ou destroços, sue and labor aos equipamentos terrestres) e Responsabilidade Civil decorrentes das operações.

O seguro é estendido a novas perfurações e/ou equipamentos de perfuração que possam ser adquiridos posteriormente à data da contratação do seguro.

### ***Responsabilidade Civil Geral***

Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. Tem cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

### ***Responsabilidade Civil Obras Civis em Construção/Montagem***

Visa reembolsar e/ou indenizar das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente em sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela Seguradora, relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice em decorrência dos Riscos Cobertos, relacionados à obra de implantação da Estação de Produção e Escoamento de Gás Natural de Gavião Branco e do respectivo pipeline (localizados no Campo de Gavião Branco). A apólice emitida pela seguradora Allianz também possui, dentre suas coberturas, a Responsabilidade Civil Empregador - Subcontratados e de Propriedades Circunvizinhas e, inclui como co-segurados a empresa responsável para realização da obra e seus subcontratados.

### ***Riscos de Engenharia***

Este seguro tem como finalidade cobrir riscos relacionados à obras civis, instalação e montagem da Estação de Produção e Escoamento de Gás Natural de Gavião Branco e do respectivo pipeline (localizados no Campo de Gavião Branco). Contratado junto à seguradora Zurich, , inclui como co-segurados a empresa responsável para realização da obra e seus subcontratados.

## **Composição da Diretoria**

Pedro Zinner  
Diretor Presidente

Flavia Martins  
Diretora

Laira Sanui  
Diretora

Henrique Rzezinski  
Diretor

Lino Lopes  
Diretor

Ernani Porsche  
Diretor

Thiago Freitas  
Diretor

Contador (a) Responsável  
Rafaela Pereira Carrard  
CRC RS-071175/O-6